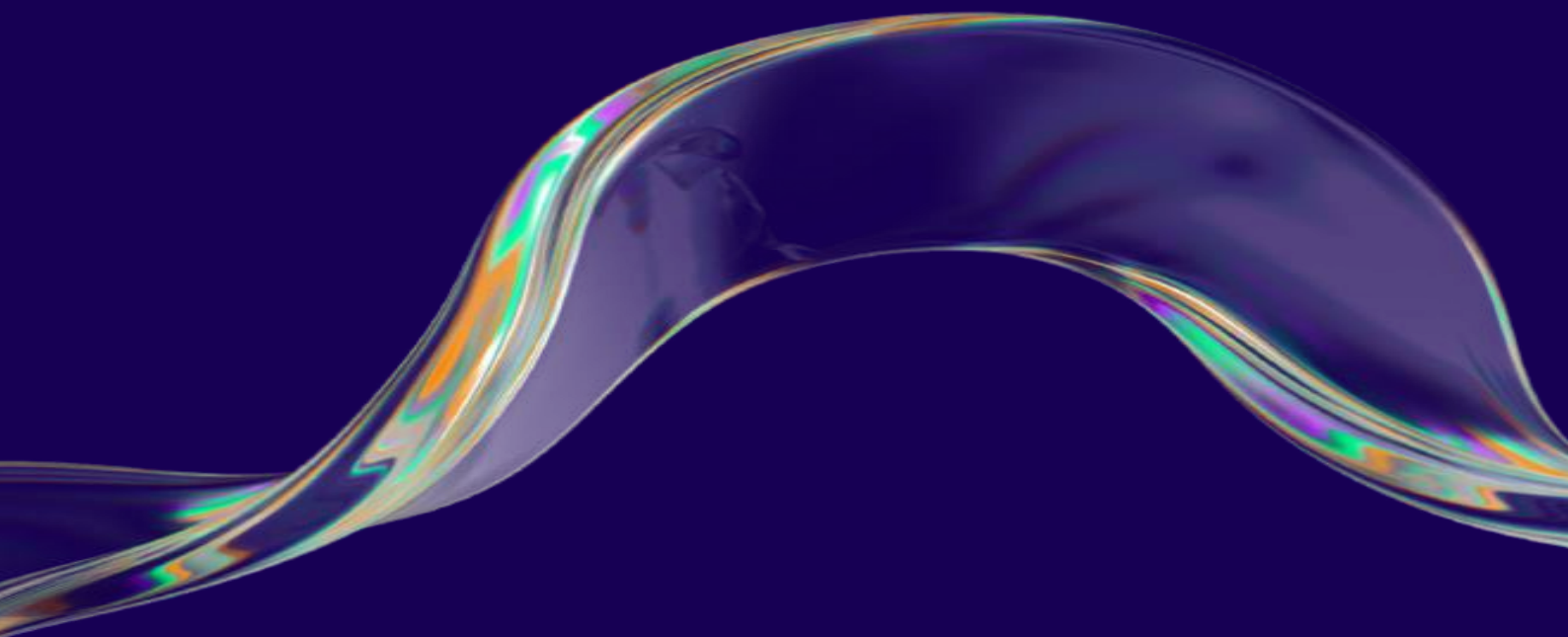


Ventos de São Virgílio 02
Energias Renováveis S.A.



Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório dos auditores
independentes



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santo Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santo Virgílio 02 Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santo Virgílio 02 Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Ventos de Santo Virgílio O2 Energias Renováveis S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

PRICEWATERHOUSECOOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstrações financeiras

Demonstração do resultado.....	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balço patrimonial	6
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais.....	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	9
3	Novas normas, alterações e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB	9
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	10
5	Receita	10
6	Custos e despesas.....	12
7	Resultado financeiro líquido.....	12
8	Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva	12
9	Contas a receber de clientes	13
10	Imobilizado	14
11	Financiamentos	17
12	Obrigaões de desmobilização de ativos.....	18
13	Provisão de ressarcimento	19
14	Provisão para litígios	20
15	Partes relacionadas	21
16	Patrimônio líquido.....	21
17	Imposto de renda e contribuição social	22
18	Instrumentos financeiros e gestão de risco	23
19	Seguros	28

Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Receita líquida	5	29.011	24.725
Custo com energia elétrica	6	(3.510)	(2.079)
Custo com operação	6	(11.574)	(11.283)
Lucro bruto		13.927	11.363
Receitas (despesas) operacionais, líquidas			
Gerais e administrativas	6	(107)	(59)
Outras receitas operacionais	6	261	7.790
		154	7.731
Lucro operacional antes do resultado financeiro		14.081	19.094
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		7.203	4.820
Despesas financeiras		(9.176)	(8.526)
		(1.973)	(3.706)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		12.108	15.388
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	17	(3.329)	(5.116)
Lucro líquido do exercício		8.779	10.272

Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	8.779	10.272
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	8.779	10.272

Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		12.108	15.388
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias de financiamentos	11 (c)	7.173	7.267
Depreciação e amortização	6	6.192	6.366
Baixa de imobilizado		396	-
Provisão de ressarcimento	13 (c)	3.689	4.808
Atualização monetária sobre ressarcimento	13 (c)	1.002	494
Apropriação dos custos de captações	11 (c)	420	421
Rendimento sobre fundo de liquidez – conta reserva		(622)	(562)
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos	12 (a)	264	286
Provisões		3	-
		<u>30.625</u>	<u>34.468</u>
Decrécimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		(120)	(27)
Tributos a recuperar		(165)	39
Demais créditos e outros ativos		(207)	(180)
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		(784)	(25)
Tributos a recolher		(898)	(808)
Provisão de ressarcimento	13	(1.199)	-
Partes relacionadas		120	15
Demais obrigações e outros passivos		(211)	109
Caixa proveniente das operações		<u>27.161</u>	<u>33.591</u>
Juros pagos sobre financiamentos	11 (c)	(6.439)	(6.686)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.938)	(2.000)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>15.784</u>	<u>24.905</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate (aplicação em) conta reserva		272	(138)
Aquisição de imobilizado		(21)	(39)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		<u>251</u>	<u>(177)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação de financiamentos	11 (c)	(4.211)	(3.543)
Redução de capital	1.1.1 (a)	(1.361)	(623)
Dividendos pagos		(1.163)	(1.490)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(6.735)</u>	<u>(5.656)</u>
Acrécimo em caixa e equivalentes de caixa		<u>9.300</u>	<u>19.072</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>50.615</u>	<u>31.543</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>59.915</u>	<u>50.615</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	59.915	50.615
Fundo de liquidez - conta reserva	8	654	571
Contas a receber de clientes	9	3.708	3.588
Tributos a recuperar		203	38
Outros ativos		518	311
		64.998	55.123
Não circulante			
Fundo de liquidez - conta reserva	8	5.094	4.827
Outros ativos		7	7
		5.101	4.834
Imobilizado			
Intangível	10	104.364	110.320
		6	13
		104.370	110.333
Total do ativo		174.469	170.290
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Financiamentos	11	4.399	4.054
Fornecedores		112	292
Tributos a recolher		416	2.923
Partes relacionadas	15	147	27
Provisão de ressarcimento	13	29.955	31.663
Dividendos a pagar	15	2.085	1.163
Outros passivos		36	247
		37.150	40.369
Não circulante			
Financiamentos	11	65.449	68.851
Tributos a recolher		221	221
Provisão de ressarcimento	13	5.200	-
Provisões		6	3
Obrigações de desmobilização de ativos	12	2.850	2.586
		73.726	71.661
Total do passivo		110.876	112.030
Patrimônio líquido			
Capital social	16	53.166	54.527
Reservas de lucros		10.427	3.733
Total do patrimônio líquido		63.593	58.260
Total do passivo e patrimônio líquido		174.469	170.290

Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	Reserva de lucros				Patrimônio Líquido
		Capital social	Reserva Legal	Retenção	Lucros (prejuízos) acumulados	
Em 1º de janeiro de 2022		55.150	-	-	(5.376)	49.774
Lucro líquido exercício		-	-	-	10.272	10.272
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	10.272	10.272
Redução de capital		(623)	-	-	-	(623)
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	(5.376)	5.376	-
Constituição de reserva legal		-	245	-	(245)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(1.163)	(1.163)
Retenção de lucro		-	-	8.864	(8.864)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas		(623)	245	3.488	(4.896)	(1.786)
Em 31 de dezembro de 2022		54.527	245	3.488	-	58.260
Lucro líquido exercício		-	-	-	8.779	8.779
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	8.779	8.779
Redução de capital	1.1.1 (b)	(1.361)	-	-	-	(1.361)
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	439	-	(439)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	1.1.1 (a)	-	-	-	(2.085)	(2.085)
Retenção de lucro		-	-	6.255	(6.255)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas		(1.361)	439	6.255	(8.779)	(3.446)
Em 31 de dezembro de 2023		53.166	684	9.743	-	63.593

1 Considerações gerais

A Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), com sede em Simões Estado do Piauí, tem como objetivo a geração e comercialização da energia produzida pela central geradora eólica denominada EOL Ventos de São Virgílio 02, bem como sua exploração e manutenção. A Companhia é produtora independente de energia elétrica, no estado do Piauí, pelo prazo de 35 anos contados a partir de agosto de 2015.

A Companhia é controlada direta da *holding Ventos de Santo Estevão Holding S.A. ("Estevão Holding")* e indireta da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Companhia possui outorga de geração de energia no município de Simões, estado do Piauí, através da Portaria MME nº, emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME. Possui capacidade instalada de 29,9 MW e compõe o complexo eólico Ventos do Araripe III.

As atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A energia produzida é vendida, em sua maioria, por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulado, obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulada;
- ACL – Ambiente de Contratação Livre;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- LEN – Leilão de Energia de Nova.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2021

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Dividendos pagos e deliberados

Em 21 de julho de 2023, a Companhia pagou dividendos para sua controladora Ventos de Santo Estevão Holding, no montante de R\$ 1.163, referente aos dividendos deliberados de exercícios anteriores.

(b) Redução de capital

Em 13 de janeiro de 2023 em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital social, no montante de R\$ 680, passando o capital social de R\$ 54.527 (dividido em 54.526.721 ações) para R\$ 53.847 (dividido em 53.846.938 ações).

Em 13 de julho de 2023 em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital social, no montante de R\$ 681, passando o capital social de R\$ 53.847 (dividido em 53.846.938 ações) para R\$ 53.166 (dividido em 53.165.768 ações).

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2023, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”)), (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(c) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2024.

2.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$”).

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia em 2023

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia em 2023

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis mencionadas abaixo e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

- (i) CPC 50 – Contratos de seguros – Adoção inicial;
- (ii) CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis – Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis;

- (iii) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Prover *guidance* sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis;
- (iv) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture - Prover *guidance* para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.

(c) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, para as quais não se espera efeitos significativos para a Companhia:

Pronunciamentos alterados	Natureza da alteração
CPC 06 - Arrendamento	Especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que se entende por direito de adiar a liquidação; (ii) que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; (iii) que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: evidenciação	Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
10	Imobilizado
12	Obrigações de desmobilização de ativos
13	Provisão de ressarcimento

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com

cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Leilão de Energia: representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em leilões de energia nova (“LEN”).

Contratos bilaterais - partes relacionadas: representados por venda de energia a consumidores e agentes comercializadores em ambiente de contratação livre.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2023	2022
Receita bruta			
Venda de energia			
Leilão de Energia Nova (LEN)		31.702	29.725
Provisão de ressarcimento	13	(3.689)	(4.808)
Partes relacionadas	15	399	850
Energia de curto prazo - CCEE		1.470	6
		29.882	25.773
Outras receitas			
Venda crédito de carbono - Partes Relacionadas	15	361	-
		30.243	25.773
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(1.104)	(945)
ICMS sobre receitas operacionais		(6)	(1)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(122)	(102)
		(1.232)	(1.048)
Receita líquida		29.011	24.725

6 Custos e despesas

					2023	2022
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	Total	Total
Energia comprada	(1.913)	-	-	-	(1.913)	(581)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST	(1.597)	-	-	-	(1.597)	(1.498)
Depreciação e amortização	-	(6.192)	-	-	(6.192)	(6.366)
Materiais	-	(16)	-	-	(16)	(1)
Materiais	-	(16)	-	-	(16)	(1)
Serviços	-	(4.342)	(107)	-	(4.449)	(3.901)
Serviços de operação e manutenção O&M	-	(3.837)	-	-	(3.837)	(3.358)
Serviços de terceiros	-	(212)	(107)	-	(319)	(459)
Serviços de manutenção	-	(293)	-	-	(293)	(84)
Outros	-	(1.024)	-	261	(763)	6.716
Aluguéis e arrendamentos	-	(480)	-	-	(480)	(442)
Seguros	-	(460)	-	-	(460)	(563)
Impostos, taxas e contribuições	-	(42)	-	-	(42)	(46)
Indenização de seguros	-	-	-	-	-	7.790
Outras	-	(42)	-	261	219	(23)
	(3.510)	(11.574)	(107)	261	(14.930)	(5.631)

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2023	2022
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre aplicações financeiras		7.159	4.820
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	13 (c)	44	
		7.203	4.820
Despesas financeiras			
Juros sobre financiamentos	11 (c)	(6.423)	(6.694)
Atualização monetária sobre financiamentos	11 (c)	(750)	(573)
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	13 (c)	(1.046)	(494)
Apropriação dos custos de captações	11 (c)	(420)	(421)
Ajuste a valor presente sobre obrigações de desmobilização de ativos	12 (a)	(264)	(286)
Outras despesas financeiras		(273)	(58)
		(9.176)	(8.526)
		(1.973)	(3.706)

8 Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2023, os equivalentes de caixa e fundo de liquidez – conta reserva possuem taxa média de remuneração entre 97,73% e 102,50% do CDI (101,90% e 104,81% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

	2023	2022
Caixa		
Caixa e bancos	2.368	1.557
	2.368	1.557
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (i)	55.625	33.403
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	1.922	15.655
	57.547	49.058
Caixa e equivalentes de caixa	59.915	50.615
Fundo de liquidez - Conta reserva (ii)		
Circulante	654	571
Não circulante	5.094	4.827
	5.748	5.398
	65.663	56.013

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se, exclusivamente, ao Fundo Aquilae. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

(ii) Os contratos de financiamento da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	2023	Rating local 2022
AAA	65.654	55.996
AA	9	17
	65.663	56.013

Os *ratings* decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de *rating* (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Pós Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia no ambiente de comercialização livre e regulado, normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

(a) Composição

	2023	2022
Contratos Regulados - Leilão LEN	3.314	3.562
Partes Relacionadas (Nota 15)	-	25
Energia de curto prazo - CCEE	394	1
	3.708	3.588

(b) Vencimentos de contas a receber

	2023	2022
A vencer	3.296	3.588
Vencidos até 3 meses	394	-
Vencidos acima de 6 meses	18	-
	3.708	3.588

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

10 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 12 – Obrigações de desmobilização de ativos).

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição e movimentação

	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Custo de Servidão	Obras em andamento	2023	2022
Saldo no início do exercício								
Custo	136.437	8.236	157	1.215	986	156	147.187	148.574
Depreciação acumulada	(34.650)	(1.552)	(29)	(367)	(269)	-	(36.867)	(30.508)
Saldo líquido no início do exercício	101.787	6.684	128	848	717	156	110.320	118.066
Adições	-	160	-	-	-	465	625	39
Baixas	-	-	(11)	-	-	(385)	(396)	-
Depreciação	(5.864)	(260)	(5)	(30)	(26)	-	(6.185)	(6.359)
Remensurações	-	-	-	-	-	-	-	(1.426)
Transferências	-	(87)	-	-	-	87	-	-
Saldo no final do exercício	95.923	6.497	112	818	691	323	104.364	110.320
Custo	136.437	8.308	146	1.215	868	323	147.297	147.187
Depreciação acumulada	(40.514)	(1.811)	(34)	(397)	(177)	-	(42.933)	(36.867)
Saldo líquido no final do exercício	95.923	6.497	112	818	691	323	104.364	110.320
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	5	3	3	3			

11 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

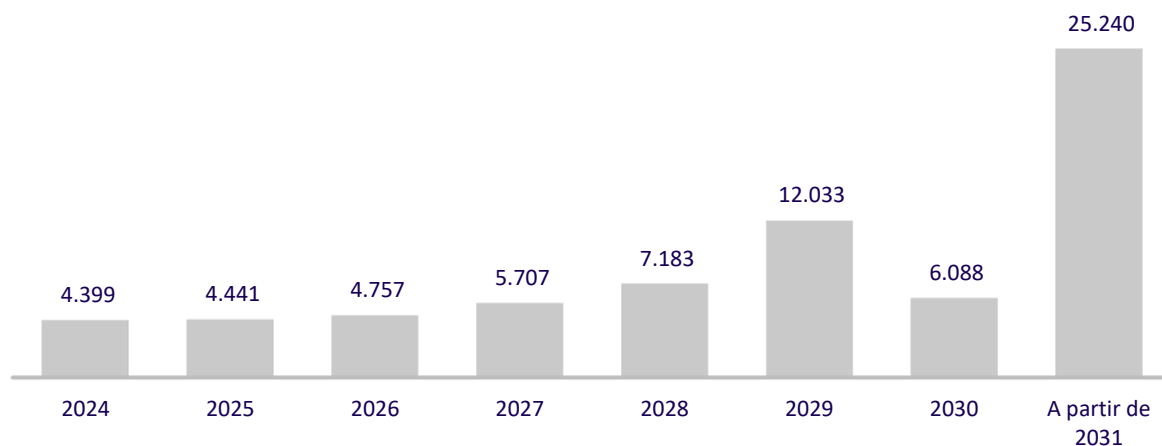
										2023
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante			Total	Valor justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total		
BNDES	TJLP + 2,79%	4.545	(420)	274	4.399	68.330	(2.881)	65.449	69.848	66.419
		<u>4.545</u>	<u>(420)</u>	<u>274</u>	<u>4.399</u>	<u>68.330</u>	<u>(2.881)</u>	<u>65.449</u>	<u>69.848</u>	<u>66.419</u>

										2022
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante			Total	Valor justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total		
BNDES	TJLP + 2,83%	4.187	(420)	288	4.054	72.153	(3.302)	68.851	72.905	62.063
		<u>4.187</u>	<u>(420)</u>	<u>288</u>	<u>4.054</u>	<u>72.153</u>	<u>(3.302)</u>	<u>68.851</u>	<u>72.905</u>	<u>62.063</u>

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

(b) Perfil de vencimento



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) **Movimentação**

	2023	2022
Saldo no início do exercício	72.905	75.446
Provisões de juros	6.423	6.694
Atualização monetária	750	573
Apropriações dos custos de captações	420	421
Juros pagos	(6.439)	(6.686)
Liquidações	(4.211)	(3.543)
Saldo no final do exercício	69.848	72.905

(d) **Garantias**

Modalidade	Garantias
BNDES	Garantia prestada pela Auren Energia S.A. e pela Ventos de Santo Estevão Holding S.A.;
	Contas reservas;
	Penhor dos ativos e ações;
	Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Repasse	Garantia prestada pela Auren Energia S.A. e pela Ventos de Santo Estevão Holding S.A.;
	Contas reservas;
	Penhor dos ativos e ações;
	Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) **Condições restritivas**

Os financiamentos obtidos pela Companhia contêm cláusulas restritivas (*covenants*) financeiras e não financeiras.

Atualmente, o único *covenant* financeiro existente é o Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD), que possui a obrigatoriedade de manutenção desse índice em maior ou igual a 1,2x, apurado a cada encerramento do exercício.

A Administração da Companhia monitora esses índices para que as condições sejam atendidas, sendo que em 31 de dezembro de 2023 não existe qualquer descumprimento dessas condições.

Esses índices são avaliados com base nos números consolidados, pela controladora Estevão *Holding*, sendo que em 31 de dezembro de 2023 não existe qualquer descumprimento dessas condições.

12 **Obrigações de desmobilização de ativos**

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisados anualmente pela Companhia.

(a) Composição e movimentação das provisões

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	2023	2022
Saldo no início do exercício	41.614	(39.028)	2.586	3.726
Remensuração	-	-	-	(1.426)
Ajuste a valor presente	-	264	264	286
Saldo no final do exercício	41.614	(38.764)	2.850	2.586
Não circulante	41.614	(38.764)	2.850	2.586
	41.614	(38.764)	2.850	2.586

13 Provisão de ressarcimento

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica "Receita bruta de venda de energia - ACR". A Administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos LEN: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros ocorrem em 12 parcelas mensais. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos LEN: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais, a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

(c) Composição e movimentação

			2023	2022
	Ressarcimento Anual	Ressarcimento Quadrienal	Total	Total
Saldo no início do exercício	19.341	12.322	31.663	26.361
Adições (Nota 5)	807	3.626	4.433	4.808
Constrained-off (i) (Nota 5)	(160)	(584)	(744)	-
Pagamentos (i)	(1.199)	-	(1.199)	-
Atualização monetária (Nota 7)	863	139	1.002	494
Saldo no final do exercício	19.652	15.503	35.155	31.663
Circulante	18.490	11.465	29.955	31.663
Não Circulante	1.162	4.038	5.200	-
	19.652	15.503	35.155	31.663

(i) A ANEEL emitiu o Despacho nº 2.303/2019 determinando à CCEE que proceda à suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, referentes ao ano contratual apurado a partir de agosto de 2019, até a decisão final sobre o resultado da instauração da Audiência Pública nº 034/2019 que visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas.

A ANEEL, em 23 de março de 2021, publicou a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas eólicas, condição necessária para a retomada da cobrança dos ressarcimentos. Porém, em 13 de maio de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 355/22, em que informa que está realizando adequações e testes sistêmicos, bem como troca de informações e validação de parâmetros de entrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e que, concluída essa etapa, apresentaria ao mercado, por meio de comunicado, novo cronograma de operacionalização dos cálculos dos ressarcimentos.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, que divulga o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que tiveram início em junho de 2023 e estão sendo realizadas em parcelas de 2 a 4 meses, e que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Para o período a partir de outubro de 2021 ainda será divulgado novo cronograma, pois a Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 não foi concluída.

14 Provisão para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui apenas processos de natureza tributária com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 176 (R\$ 147 em 31 de dezembro de 2022).

15 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados à compra e venda de energia e serviços.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora indireta Auren S.A.

	Ativo (Nota 9)		Passivo		Vendas (Nota 5)		Compras	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes (Nota 9) – Vendas								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	25	-	-	760	850	-	-
Fornecedores - compras								
Votorantim S.A.	-	-	22	14	-	-	(132)	(158)
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	125	-	-	-	(1.685)	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	13	-	-	(193)	(566)
Dividendos a pagar								
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	-	-	2.085	1.163	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>25</u>	<u>2.232</u>	<u>1.190</u>	<u>760</u>	<u>850</u>	<u>(2.010)</u>	<u>(724)</u>

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 53.166 (54.527 e, 31 de dezembro de 2022), composto por 53.165.768 (54.526.721 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias e sem valor nominal.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Ventos de São Virgílio O2 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2023, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 2.085 (R\$ 1.163 em 31 de dezembro de 2022), reconhecido em dividendos a pagar.

(d) Dividendos por ação

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	8.779	10.272
Absorção de prejuízos acumulados	-	(5.376)
	8.779	4.896
Reserva legal - 5%	(415)	(245)
Base de cálculo dos dividendos	8.364	9.547
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	2.085	1.163
Total dos dividendos propostos	2.085	1.163
Quantidade de ações, em milhares	53.166	54.527
Dividendos por ação em reais	0,0392	0,0213

17 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Nos exercícios de 2023 e 2022, a Companhia recolheu os respectivos tributos com base no lucro presumido e auferiu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 3.329 (R\$ 5.116 em 31 de dezembro de 2022).

(a) Reconciliação

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	2023					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas de Venda (Crédito de Carbono)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Bruta Tributável	29.882	29.882	361	361	7.041	7.041
% de Presunção da Base	8%	12%	32%	32%		
Base de cálculo Presumida	2.391	3.586	116	116	7.041	7.041
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	574	323	29	10	1.760	634

Ventos de São Virgílio O2 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)		Receitas Tributadas 100% (Outras)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Bruta Tributável	25.773	25.773	4.978	4.978	7.790	7.790
% de Presunção da Base	8%	12%				
Base de cálculo Presumida	2.062	3.093	4.978	4.978	7.790	7.790
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	492	278	1.249	448	1.948	701

A diferença entre receitas financeiras com a nota 7 refere-se à provisão de atualização monetária sobre ressarcimento.

(b) Efeito no resultado

	2023	2022
Total do IRPJ e CSLL no resultado	3.329	5.116
% de IRPJ e CSLL Sobre a receita tributável	8,93%	13,27%

18 Instrumentos financeiros e gestão de risco

18.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	2023	2022
Ativos			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 9)	1	3.708	3.588
Ao valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	1	57.547	49.058
Fundo de liquidez - Conta reserva (Nota 8)	1	5.748	5.398
		63.295	54.456
		67.003	58.044
Passivos			
Ao custo amortizado			
Financiamentos (Nota 11)	2	69.848	72.905
Fornecedores	1	90	292
Partes relacionadas (Nota 15)	1	169	27
		70.107	73.224

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 – Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

18.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco de não performance dos parques eólicos e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos (i)	10.239	10.092	31.735	46.301	98.367
Fornecedores	90	-	-	-	90
Partes relacionadas	169	-	-	-	169
	10.498	10.092	31.735	46.301	98.626
Em 31 de dezembro de 2022					
Financiamentos (i)	15.438	65.800	67.142	160.782	309.162
Fornecedores	292	-	-	-	292
Partes relacionadas	27	-	-	-	27
	15.757	65.800	67.142	160.782	309.481

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial e das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

18.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e dos financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2023 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2023, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2024;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Impactos no resultado						
				Cenário I		Cenários II & III				
				Choque nas curvas de 31/12/2023	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%	
Taxas de juros										
CDI 11,65%	Equivalentes de caixa	63.295	BRL mil	-69 bps*	434	1.843	3.687	(1.843)	(3.687)	
TJLP 6,53%	Financiamentos (i)	73.150	BRL mil	-2 bps*	15	1.194	2.388	1.194	2.388	

(i) Valores não contemplam custos de captação.

* *basis points*

19 Seguros

A Companhia mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até junho/2024

O prêmio total pela Companhia pago para a contratação do seguro acima mencionado é de aproximadamente R\$ 456 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 454 em 31 de dezembro de 2022).